EDUCAÇÃO DE SURDOS E LIBRAS: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE

Deaf Education and Brazilian Sign Language: Possible Paths for the Inclusion at the University

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira
Faculdade Jaguariúna

FLORIANO, Rita de Cássia
Faculdade Jaguariúna

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns conceitos básicos sobre a área da surdez, bem como, desfazer alguns mitos referentes aos aspectos gerais da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e da pessoa surda. O intuito é de propiciar bases para uma melhor relação entre professores ouvintes e alunos surdos, estudantes do ensino superior.
Palavras-chave: Língua de sinais; Surdez, Educação.

Abstract: This article aims at making to present some concepts in the field of deafness, in order to deconstruct some myths related to Sign Language Brazilian (Libras) and to the deaf person. The goal is to highlight some background for a better relation between hearing teachers and deaf students of High Education.
Key-words: Sign Language; Deafness; Education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe, a partir de nossa atuação como *docentes-pesquisadoras-intérpretes* do curso de Engenharia de Controle e Automação, da Faculdade Jaguariúna, promover algumas orientações e discussões que venham melhorar e esclarecer possíveis dúvidas frente à surdez e a pessoa surda inserida no ensino superior.

Antes de apresentar o objetivo geral deste trabalho cabe ressaltar uma particularidade reconhecida por nós na faculdade em questão, que se desdobram em aspectos relevantes no cotidiano de nossa atuação como intérpretes educacionais; tema este que não será desenvolvido ao longo deste trabalho, mas que pode possibilitar futuros diálogos. Quando a instituição reconhece o intérprete de Libras como docente, possibilita um diálogo e trabalho conjunto entre este e os

demais docentes do curso que atuarão frente ao aluno. Como docentes ambos partilham entre si conhecimentos específicos que tem como alvo favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

Outro aspecto também relevante é a participação do intérprete de Libras em todo o processo acadêmico proposto pela coordenação do curso de Engenharia (no nosso caso): planejamento pedagógico, formação continuada, além dos cursos específicos da área. Há uma imbricação necessária na triangulação do ensino de surdos com intérprete de Libras. Este acontecimento deve ser mais aprofundado em pesquisas, pois, em muitos casos, como já observado, o "papel" do intérprete educacional fica sem um lugar "fixo", enquanto este assume funções para além do esperado – o que para uns é um problema, para outros é questão de sobrevivência inerente a situação imposta pela própria inclusão (LACERDA, 2002; MARTINS, 2008).

Todo caso, a discussão neste artigo focará apenas as questões iniciais da surdez. Apresentaremos os pressupostos assumidos por nós sobre a surdez, bem como, o que vem a ser a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Por fim apontaremos algumas orientações gerais que poderão facilitar a aproximação do professor ao aluno surdo no ensino superior.

A EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

1. O QUE REPRESENTA A SURDEZ

> *[...] A palavra do surdo se expressa através da língua de sinais. [...] A surdez começa então a metamorfosear-se naqueles que, ainda que seu ouvido funcione perfeitamente, se tornam incapazes de escutar uma palavra que se expressa de maneira diferente da sua. É a presença do outro que escuta ou que não quer ouvir que começa a definir o "ser surdo" (BENVENUTO, 2006, p. 228).*

A surdez é caracterizada pela ausência de som/audição na vida do surdo, o que reflete mudanças na formação do sujeito. Esta experiência ocasiona, portanto, um modelo identitário diferente do padrão da sociedade majoritariamente ouvinte. Existem formas diversas de se entender a surdez e assim sendo, há constituições e

produções de sujeitos distintos. Assumimos a surdez como uma diferença lingüística e cultural. Desta forma entendemos que a formação da identidade do sujeito surdo se dá de forma mais natural através da língua de sinais. Língua esta que, por não haver nenhum impedimento físico pode ser adquirida com maior facilidade se apresentada desde a infância, na fase de aquisição de linguagem (QUADROS E KARNOPP, 2004).

A língua(gem) permite a comunicação e a inter-relação entre sujeitos nas diferentes comunidades, e é assumida por nós como constitutiva do sujeito, – o que difere do uso instrumental da língua, como mecanismo e ferramenta de (des)uso - pois é por meio dela que há o processo de integração e subjetivação, potencializando as reflexões individuais e coletivas. É a língua que permite ao sujeito se relacionar com o mundo, afetá-lo e ser afetado por ele (MAHER, 2007; CÉSAR & CAVALCANTI, 2007).

Na legislação (Lei no. 7.853/89, regulamentada pelo Decreto 3.298/99)[2] a surdez é caracterizada como: "Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na seguinte forma":

a) de 25 a 40 db – surdez leve
b) de 41 a 55 db – surdez moderada
c) de 56 a 70 db – surdez acentuada
d) de 71 a 90 db – surdez severa
e) acima de 91 db – surdez profunda
f) anacusía

Para além da categorização em níveis audiométricos, interessa-nos neste trabalho, entender a constituição identitária destas pessoas, pois isso reflete nas diversas formas de relacionamento do sujeito com a linguagem e concomitantemente, a interação e as formas de comunicação estabelecidas por ele no seu cotidiano.

Algumas características comuns entre os surdos foram objetos de pesquisas e que, desta forma, permitiram pensar a tríade identidade-lingua(gem)-cultura (PERLIN, 1998). Gesueli (2006), no texto "Lingua(gem) e identidade: surdez em questão" faz uso dos cinco grupos categorizados por Perlin (1998) para pensar a

[2] Disponível no site http://www.surdo.org.br acessado em 26 de fevereiro de 2009.

formação da identidade nas pessoas surdas. Tema importante para aprofundar a questão que nos toca neste texto.

> Perlin (1998) vai além, classificando a identidade surda em cinco grupos: 1) identidade surda: aquela que cria um espaço cultural visual dentro de um espaço cultural diverso, ou seja, recria a cultura visual, reivindicando à História a alteridade surda; 2) identidades surdas híbridas: aquelas de surdos pós-locutivos, que nasceram ouvintes e se tornaram surdos; 3) identidades surdas de transição e formadas por surdos que viveram sob o domínio da cultura ouvinte (em geral, os surdos oralizados) e que posteriormente são inseridos na comunidade surda (processo de "des-ouvintização" da representação da identidade); 4) identidade surda incompleta: aquela dos surdos que vivem sob o domínio da cultura ouvinte e negam a identidade surda; 5) identidades surdas flutuantes, formadas por sujeitos surdos que reconhecem ou não sua subjetividade, mas que desprezam a cultura surda, não se comprometendo com a comunidade. (GESUELI, 2006, sem paginação).

A partir destas reflexões teóricas, apresentaremos quatro grupos que representam formas de relação do sujeito surdo com a(s) língua(s), e que mostra caminhos diferentes de lidar com a diferença eticamente presente nas mais variadas salas de aulas.[3].

Uma preocupação corriqueira é saber se todo surdo aprende da mesma forma, se são iguais pelo fato de terem perda auditiva. E mais se os recursos e formas de comunicação devem ser a mesma. Essa é a nossa justificativa pela elaboração destes grupos que se seguem:

- **Surdo sinalizador:** Falante da língua de sinais e por meio dela estabelece as relações inter e intrapessoal, pois para este sujeito a língua de sinais é tida como meio primordial de interação. Como a língua de sinais é visual e gestual, é nesta modalidade que se dão as formas de pensamento deste sujeito. Normalmente são participantes de grupos ou comunidades surdas que partilham de interesses políticos, culturais e lingüísticos – denominado por eles de “cultura surda”.
- **Surdo oralizado:** Não falante da Língua de Sinais; utiliza a leitura labial e pode fazer uso de “gestos” (não sendo, portanto, a Língua de Sinais em sua composição gramatical) para facilitar o entendimento da fala.

[3] Vale ressaltar que estes grupos não são fechados em si mesmos. Como entendemos a transculturalidade como base primordial na formação do sujeito, é possível que surdos transitem entre estes grupos, além de existir outras formas de se fazer sujeito não descritas nesta breve apresentação.

- **Surdo não sinalizador e não oralizado:** Surdo que não reconhece a língua de sinais e nem a língua portuguesa (fala) como meio de interação. Faz uso de “gestos” não padronizados, porém, partilhados e reconhecidos nos grupos de convívio, que surgem na emergência da comunicação.
- **Deficiente auditivo:** Normalmente esse tipo de nomeação é dada às pessoas que tiveram, ao longo de sua vida perda auditiva, e por conta disso, se inscreveram num modelo oral (língua portuguesa). Essas pessoas reconhecem em si a falta de audição e buscam a reparação através da fala.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS

Após apresentarmos brevemente o que é a surdez, e a relação do surdo com a língua(gem), tomaremos como base o trabalho realizado por Reily (2004) no livro, “Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação”, para pontuarmos algumas orientações gerais que podem desfazer mitos, auxiliar no trabalho e na interação do docente frente ao aluno surdo.

Esperamos que a partir destas contribuições possam-se abrir novas reflexões, pelo menos na instituição que atuamos, e assim outros caminhos que, quem sabe, facilitem o processo de inclusão do surdo na universidade.

Não temos com isso a pretensão de indicar nenhuma receita pronta com “modos e modelos de fazer a inclusão e de pensar a surdez como entidade única”, menos ainda, pensamos que, com este trabalho esgotamos novas propostas de desmitificação do que seja o surdo, da sua relação com a linguagem e da língua de sinais. Outros trabalhos já realizados e os novos são e serão fundamentais neste processo de trocas de saberes.

Seguiremos com tópicos apontados na forma de perguntas, as quais são sempre questionadas em cursos e formação que lecionamos.

- **A língua de sinais é universal? O Alfabeto Manual é a Língua de sinais?**

Essa questão é bem interessante e chave para desfazer mitos recorrentes na área da surdez.

Para o senso comum a língua de sinais é vista como mímica ou pantomima, por isso, muitas vezes nomeada como linguagem, tida como universal. O fato de identificá-la como mímica leva a idéia de que os gestos são universalmente reconhecidos e padronizados. Disso decorre que o gesto não permite a abstração e que o surdo sinalizador tem um pensamento estritamente concreto. Por conta disso há um estigma de que o a língua de sinais é inferior à fala e que o surdo falante da língua de sinais tem limitação cognitiva.

Referimos-nos ao surdo sinalizador como “falante da língua de sinais” justamente para marcar que a língua de sinais é de fato uma língua, reconhecida cientificamente por *Stokoe* em seus estudos lingüísticos na década de 60/70. Desde então, no Brasil, outros pesquisadores vêem estudando o *status* lingüístico das línguas de sinais e a importância de sua aquisição na vida do surdo (GOES, 1996; SKLIAR, 1997; SOUZA, 1998; LACERDA, 2000; FERNANDES, 2003). Após a comprovação científica dos parâmetros lingüísticos gerais (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática) da língua de sinais, alguns países, pela militância de muitos estudiosos, passaram a reconhecer politicamente o direito dessas minorias lingüísticas. No Brasil, o Decreto 5.626/05 regulamentou a Lei 10.436/02, que reconhece a língua de sinais brasileira (LSB ou Libras) como língua oficial e natural da comunidade surda e dispõe na Lei os direitos de acessibilidade do surdo na educação.

Desta forma, fica evidente a impossibilidade de se ter uma língua universal, seja ela de modalidade oral ou gestual, pois a língua está atrelada a cultura de cada país e ao convívio estabelecido entre os seus falantes. Além disso, há variações dialetais (regionalismos) nas línguas de sinais o que reforça seu *status* de língua.

Outra questão a ser desconstruída é que o alfabeto manual (dactilologia), ou comumente conhecido como “letras do português nas mãos”, não é a língua de sinais em si. A dactilologia é um recurso que faz uma relação entre as duas línguas: orais e de sinais. Na realidade, ao fazer gestualmente letras do alfabeto,

escrevemos palavras do português, só que em outra modalidade. Se o surdo não for alfabetizado o uso da dactilologia é bem limitado.

No cotidiano da língua se usa a dactilologia apenas para nomear pessoas, ruas, nomes próprios, e para apresentar ao surdo, palavras do português que ainda não possuem sinais (léxico próprio da língua de sinais). Portanto, não basta decorar as letras do alfabeto manual pensando que a língua de sinais se reduz a isso.

- **Quando escreve, o surdo apresenta uma estrutura gramatical idêntica à dos ouvintes?**

Esse questionamento tem sido vastamente debatido e pesquisado por profissionais da área da surdez. É um tema complexo e que pode ser analisado por diferentes linhas teóricas.

Pensando esta questão de forma simples, diríamos que depende da relação que o surdo estabelece com a língua portuguesa. Vários fatores influenciam nesta relação, tais como, o modo como a língua portuguesa foi, ou não, apresentada ao surdo; o contexto lingüístico familiar, entre outros fatores.

Como a língua de sinais tem uma estrutura gramatical diferente da língua portuguesa o surdo sinalizador pode fazer uso da estrutura gramatical da Libras ao redigir um texto. Estas marcas da língua de sinais podem tornar o texto do surdo aparentemente ilegível por pessoas que não conhecem a língua de sinais.

Vejamos um exemplo a seguir sobre a estrutura da língua de sinais o que facilitará entender a Libras como uma língua diferente do português:

Frase 1 (Língua Portuguesa): Não poderei ir na sua casa amanhã.

(Língua de sinais): NÃO DÁ (SINAL 1) – CASA (SINAL 2) - SUA (SINAL 3) – AMANHÃ (SINAL 4)[4]





5

a) Poder b) Não Dá/ Não Posso/ Ocupado

Veja que no exemplo acima o sinal escolhido foi o (b) Não Dá, pois o sinal, (a) PODER, neste contexto não caberia tão bem, pois diz respeito a força. Mesmo tendo o sinal NÃO (não representado por imagens) + o sinal PODER a escolha pelo sinal (b) seria melhor. No entanto, na frase afirmativa o sinal (a) seria o escolhido. Outro dado importante é que o marcador de tempo no verbo é feito pelo sinal amanhã diferente da forma conjugada na língua portuguesa.

Como toda língua os vocábulos mudam, há escolhas no momento de falar e escrever, coisas que o falante faz naturalmente. Isto nos ajuda a observar como a Libras, por ser uma língua, também tem sinais com mais de um significado e que podem ser desvendados apenas pelo contexto – estes aspectos são escolhidos pelo falante no ato comunicativo.

Este fato deve ser considerado, uma vez que o surdo, na universidade, é convocado a expressar o seu conhecimento através de uma língua que ele pode não dominar, ou transitar nela com variantes que fogem da modalidade padrão de escrita.

[4] Embora não sejamos favoráveis traduzir para a Libras usando glosas, pois pode parecer que a língua de sinais é inferior as línguas orais e com isso trazer uma imagem pejorativa ao surdo, neste caso fizemos uso para marcar a diferença de ordenação das palavras nas duas frases. Apenas um modo de marcar as mudanças estruturais das duas línguas.

[5] CAPOVILLA, Fernando César (Edit.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 832 p. 1

- **Como o professor pode agir para facilitar o aprendizado do (a) surdo (a) em sala de aula?**

A inserção do aluno no ambiente educacional nem sempre garante sua efetiva inclusão. Considerando as observações anteriores à respeito do surdo, pensar o aluno em sala de aula é considerar todas as especificidades que marcam essa construção no processo ensino-aprendizagem. Quando escreve o surdo tende a incorporar características da Língua de Sinais em seu raciocínio escrito, como dito anteriormente, podendo dificultar a compreensão do professor. Isso evidencia a dificuldade encontrada pelo surdo em demonstrar seu conhecimento por meio do português.

Neste caso o professor pode contar com o auxílio do intérprete na leitura do texto, pois este indicará características que são próprias da Língua de Sinais.

De acordo com a Portaria 1.679 de 02/12/1999 do MEC, os professores precisam ter flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico expresso pelo aluno, e dependendo do caso, o aluno pode ser avaliado na sua língua de conforto, língua de sinais.

É importante que o professor entenda que a comunicação entre ele e seu aluno é mediada por um profissional que, em geral, não possui conhecimentos naquela área de estudo. Muitas vezes a dificuldade é do intérprete (e não do aluno) em compreender o que está sendo ensinado e isso dificulta a interpretação para o aluno. Talvez seja necessário em alguns momentos repassar a explicação de um determinado conceito mesmo que isso ocorra após a aula.

Professor e intérprete podem juntos pensar novos métodos de avaliar o aprendizado do aluno surdo, bem como atividades para o cotidiano da sala de aula que favoreçam o aluno que tem na modalidade visual a única forma de apropriação dos conteúdos ensinados.

- **O intérprete precisa acompanhar o aluno em provas?**

O intérprete deve estar presente onde haja pessoa surda que necessite de um mediador entre línguas, para mediar a comunicação, ou seja, nas escolas, em palestras, nos tribunais, pois, "*o intérprete é aquele que, tomando posição de sinalizador ou do falante, transmite os pensamentos, palavras e emoções do sinalizador, servindo de elo entre as duas modalidades de comunicação*" (FENEIS, 1995, sem paginação).[6]

Antes de discutirmos sobre a presença ou não do intérprete durante a avaliação, faremos uma explanação da atuação do intérprete educacional, suas funções e posições em sala de aula. Pensamos que é fundamental refletir sobre estes aspectos:

> O intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. [...]
> O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. (QUADROS, 2004, p. 59-60).

Continuando o tema da avaliação, e entendendo o intérprete educacional como mediador entre o aluno surdo, professor ouvinte e o conhecimento, pensamos que a sua presença durante provas, nos processos seletivos de universidades, concursos públicos e até mesmo nas provas bimestrais é um direito de acessibilidade. O surdo ao se deparar com palavras das quais desconhece os significados, ou ainda, com combinações gramaticais inerentes à língua portuguesa (frases), pode recorrer ao intérprete, que lhe explicará, de acordo com a gramática da Língua de Sinais, o que está sendo exigido na questão. Essa intervenção é de suma importância para que o mesmo possa realizar a prova com êxito. E assim, obter seus direitos lingüísticos garantidos.

De acordo com as recomendações do MEC expressas na Portaria 1.679/99 (02/12/1999, Artigo 1º, Artigo 2º e Parágrafo Único)[7], vindas da Portaria que

[6] Disponível em: http://www.cultura-sorda.eu/resources/INTERPRETE_LIBRAS_FENEIS_1995.pdf Acesso em: 26/02/2009.

[7] Para verificar a Portaria na integra acessar o link: http://www.unb.br/temas/necessidades_esp/legislacao/portaria_1679_99.php Acesso em: 26/02/2009.

descreve e dá providências sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência, *nº 3.284, de 07 de novembro de 2003*[8], destinadas especialmente às instituições de ensino superior, considerando que não há uma universidade específica para surdos, mas há surdos em diferentes faculdades, cursando diferentes cursos, torna-se direito legal do surdo a acessibilidade – seja ela via intérprete educacional ou de outras formas - dentro da universidade.

Vejamos alguns pontos destacados na legislação:

1) Deve ser um compromisso formal da instituição proporcionar desde o acesso até a conclusão do curso quando necessário, intérpretes de língua de sinais/ língua portuguesa especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
2) Flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
3) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso do vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
4) Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

- **Como proceder frente às Pessoas Surdas?**

Fale sempre de frente para a pessoa permitindo a articulação de seus lábios, caso ela faça leitura labial; Procure falar com clareza articulando as palavras, mantendo o ritmo normal. Caso a pessoa não entenda, solicitará que você repita pausadamente a informação.

O ato de falar deve ser acompanhado com expressividade, pois a leitura de lábios não identifica sentimentos; Não grite, ou altere a entonação de voz, pois o surdo não te ouvirá. Nem todo surdo sabe fazer leitura labial, é uma técnica que

[8] Disponível em: http://www.proeg.ufpa.br/projeto_pedagogico/NecessidadesEspeciais.pdf Acesso em: 26/02/2009.

depende muito da formação da pessoa surda, do treinamento que ela recebeu, assim, utilize a escrita no caso de dificuldade de comunicação oral. Além disso, a escrita pode ser uma alternativa de comunicação.

Não tenha medo de se comunicar com pessoas surdas. Os surdos percebem quando são evitados; Não se iniba em iniciar uma “fala” com os surdos; eles certamente tentarão estabelecer um diálogo e serão hospitaleiros na reciprocidade dos discursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

TRAVESSIAS FINAIS E ABERTURA DE NOVOS TEXTOS

Como todo texto é sempre um emaranhado de vozes, idéias e saberes que se cruzam, hibridizam, num espaço que precisa ser “teoricamente” delimitado por um fio condutor proposto pelo(s) autor(s). Este é mais um destes textos que apresenta algumas possibilidades de trabalho. Mostra e marca experiências ao revelar alguns caminhos, desdobrando em conhecimentos. Traça um panorama geral sobre a questão da surdez, para oferecer uma contribuição na inclusão de alunos surdos no ensino superior.

Nosso intuito foi dialogar com o leitor alguns pontos sobre a surdez, a língua de sinais; tocar inicialmente a questão, focando principalmente nos educadores que se aventuram a experimentar o contato com a diferença surda em sala de aula. Sempre marcamos a escrita voltada ao ensino superior porque é deste lugar que falamos e temos tido a experiência de inclusão universitária. Deste modo, o texto não tinha nenhuma pretensão de aprofundar a questão, mas apresentar como a surdez pode ser entendida numa vertente antropológica, como diferença lingüística e cultural. E ainda, marcar que a língua de sinais não sendo universal, nem tampouco um amontoado de mímicas, é sim regida por uma estrutura gramatical diferente do português e sendo assim, deve ser (re)conhecida pelos educadores de alunos surdos – seja eles de quais níveis educacionais forem.

Com isso podemos pensar que o artigo objetivou oferecer um modesto suporte, portanto inicial, para a aproximação e apresentação aos professores ouvintes sobre a realidade dos alunos surdos que partilham o ensino com outros alunos ouvintes, e que demandam de outras metodologias visuais para o processo de ensino e aprendizagem. Ainda neste viés pudemos apresentar, de modo geral, a articulação necessária entre intérprete educacional e professores ouvintes para a realização de uma inclusão hospitaleira. Este ponto sem dúvida é um divisor de águas na qualidade do processo e progresso da inserção de alunos surdos no ensino superior.

Por fim, queremos destacar que pensar nestas questões, elaborar um *texto-explicativo* para colegas professores só nos mobilizou a pensar outras aventuras de escrita e investigação; e ainda, que ao rever nossa atuação profissional como intérpretes educacionais do curso de Engenharia de Controle e Automação da Faculdade Jaguariúna, neste tempo juntas, dedicado para pensar e redigir este artigo, pudemos recontar e registrar coisas singulares da nossa experiência, (re)vendo os avanços conquistados nesta área e as lutas que ainda temos que travar: seja na escrita, seja na prática, seja em ambos os espaços.

REFERENCIAS

BENVENUTO, A. O surdo e o inaudito. Á escuta de Michel Foucault. In: GONDRA, J. & KOHAN, W. (Orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAPOVILLA, Fernando César (Edit.). **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

CÉSAR, A.L. & CAVALCANTI, M.C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

_____. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GESUELI, Z.M. Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão. In: **Educação e Sociedade**. Vol. 27 no. 94. Campinas: Cedes, 2006.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302006000100013&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 26/02/2009

GOES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

LACERDA, C. B. F. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. IN: LODI, A C. B., at. (org). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MAHER, T.M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

MARTINS, V.R. de. **Educação de Surdos no Paradoxo da Inclusão com Intérprete de Língua de Sinais:** Relações de poder e (Re)criações do sujeito. Dissertação de mestrado defendida em 08/08/2008 na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Faculdade de Educação: Campinas, 2008.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (Org.) **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

QUADROS, R.M. de. **O tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial – Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____ & KARNOPP, L.B. **Língua de sinais brasileira**: Estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REILY, L. **Escola inclusiva:** Linguagem e mediação. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SKLIAR, C. (org) **Educação e exclusão** – abordagem socioantropológica em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, R. M. de. **Que palavra que te falta?** São Paulo, 1998.

STOKOE, W. **Sign Language Structure**: an Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. Nova York: University of Buffalo Press, 1960.